manchete

Sábado	Periodicidade:	Semanal	Temática:	Diversos
	Classe:	Informacão Geral	Dimensão:	1075
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
10-07-2014	Tiragem:	116250	Página (s):	52/53

EXCLUSIVO. INQUÉRITO-CRIME AO REVITALIZAR

SUSPEITA DE FRAUDE

Houve corrupção num programa para recuperar empresas que movimentava milhões? A Polícia

O Ministério Público (MP) e a Unidade Nacional de Combate à Corrupção (UNCC) da Polícia Judiciária (PJ) estão a investigar indícios de corrupção e de fraude na gestão e utilização de fundos comunitários no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e do programa Revitalizar, destinado a recuperar e a financiar pequenas e médias empresas.

A **SÁBADO** apurou que entre os suspeitos já identificados no inquérito-crime dirigido pela procuradora Ana Carla Almeida no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) estão vários ex-membros do gabinete do antigo secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional, Almeida Henriques, actual presidente da Câmara Municipal de Viseu.

No processo-crime – aberto na sequência de uma denúncia cuja investigação se encontra na recta final –, as autoridades judiciais e policiais terão já identificado um conjunto de esquemas para alegadamente contornar as exigentes regras dos protocolos de execução dos fundos comunitários do QREN que são responsáveis pela movimentação de largos milhões de euros. Um desses casos suspeitos de fraude passará, precisamente, pelo chamado programa Revitalizar, aprovado em Fevereiro de 2012 pelo Governo liderado por Pedro Passos Coelho e anunciado como solução para resolver problemas de tesouraria e de financiamento de projectos de expansão e modernização de pequenas e médias empresas.

"Essa investigação judicial é uma surpresa completa para mim, porque todo o processo decorreu com total transparência. Além disso, no caso dos planos especiais de recuperação das empresas, isso é inteiramente controlado pelos tribunais", afirma à **SÁBADO** Almeida Henriques, que entre 2011 e Abril de 2013 exerceu as funções de secretário de Estado no Ministério da Economia e foi o responsável directo pela implementação do Revitalizar.

"O nosso papel foi desenvolver o

BRUNO SIMÃO/J.NEGÓCIOS

Almeida Henriques foi o secretário de Estado de Passos Coelho que lançou o Programa Revitalizar. Hoje, lidera a Câmara de Viseu

O PROCESSO-CRIME FOI ABERTO NO DCIAP DEPOIS DE UMA DENÚNCIA

Muitos milhões para distribuir

Valor total do Programa Revitalizar	Valor atribuído até 20 de Junho de 2014
220 milhões	91 milhões

Zona Norte	Zona Centro	Zona Sul
8 empresas 31,5 milhões de euros	15 empresas 36 milhões de euros	8 empresas 23,5 milhões de euros

Fonte SÁBADO F.R.

manchete

Sábado	Periodicidade:	Semanal	Temática:	Diversos
	Classe:	Informacão Geral	Dimensão:	1075
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
10-07-2014	Tiragem:	116250	Página (s):	52/53

MILIONÁRIA

Judiciária está a investigar. Por **António José Vilela**

programa, criar os mecanismos de alteração legislativa e uma comissão interministerial, presidida por mim, para fazer o acompanhamento de tudo", refere o social-democrata, que em 2013 saiu do Governo para se candidatar à presidência da autarquia viseense.

A conexão ao Minho

"Os contratos do programa só foram adjudicados depois de eu sair do Ministério da Economia", garante Almeida Henriques, destacando que nunca suspeitou que alguma ilegalidade tivesse ocorrido ou sido praticada pelos adjuntos e assessores que faziam parte do seu gabinete e que lidavam com os fundos do QREN e com o Programa Revitalizar.

A investigação do MP e da PJ à gestão dos fundos comunitários já terá detectado uma alegada ligação suspeita entre elementos que integraram o gabinete de Almeida Henriques e a Associação Industrial do Minho (AI Minho) e o seu presidente, o social-democrata António Marques, que dirige desde 2002 a instituição que representa 1.600 empresas.

No ano passado, o gabinete de António Marques na AI Minho e a residência do gestor, que também preside ao Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica do Minho, foram alvo de buscas feitas por inspectores da PJ, que apreenderam documentação em papel e informação em discos rígidos de computadores. Questionado por *email* pela **SÁBADO** sobre as investigações em curso, nomeadamente se já foi constituído arguido, António Marques limitou-se a dizer que nem ele nem a AI Minho tiveram, ou têm, "qualquer intervenção no programa Revitalizar" e que apenas se limitaram a ceder as instalações da associação "para uma sessão de esclarecimento". Solicitados pela **SÁBADO** para comentarem o assunto, o ministro da Economia e o secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade recusaram-se a fazê-lo por – disseram – desconhecerem a investigação judicial.

Na prática, o Programa Revitalizar, que foi relançado pelo actual ministro da Economia, Pires de Lima, está desde o início dividido em dois programas: a recuperação de empresas em dificuldades financeiras que entram no Plano Especial de Recuperação (um mecanismo alternativo ao clássico processo de insolvência que tem como objectivo permitir ao devedor a recuperação por via de um acordo com os credores) e o financiamento através de três fundos de capital de risco.

O valor total destes fundos é de 220 milhões de euros, repartidos em partes iguais pelo QREN e por um grupo de sete bancos – Caixa Geral de Depósitos, BPI, BES, Millennium bcp, Banif, Montepio Geral e Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo.

2012
Fevereiro
Data em que o Governo aprovou o Programa Revitalizar

110
milhões
Valor das verbas comunitárias que podem ser gastas no âmbito do Revitalizar

MINISTRO DA ECONOMIA NÃO COMENTA O CASO INVESTIGADO PELA PJ